

GÊNERO E SURDEZ: A PRESENÇA DA MULHER NA ESCOLA E NA UNIVERSIDADE

Adenize Queiroz de Farias¹

RESUMO: O objetivo desse capítulo consiste em analisar os efeitos das estruturas capacitistas e de gênero na experiência de desigualdade e múltiplas vulnerabilidades de mulheres surdas, para tanto, a partir dos debates em torno da crítica feminista ao modelo social da deficiência, apresentamos a história de vida da professora Nayara de Almeida Adriano, buscando nessa trajetória identificar os elementos que impedem a disseminação da cultura surda, bem como, discutimos a importância da inserção da pessoa surda nesta comunidade, o que é determinante ao seu processo de empoderamento e participação social. Com esse trabalho, esperamos oferecer à comunidade surda e aos ouvintes comprometidos com essa causa um subsídio a mais visando a difusão dessa cultura como também, a construção de uma comunidade que acolhe, inclui e convive com o diferente

Palavras-chave: Gênero, Surdez, Cultura surda, Inclusão, Empoderamento.

INTRODUÇÃO:

Este trabalho, o qual trata-se de um recorte da tese intitulada: **TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS DE MULHERES: UMA LEITURA INTERSECCIONAL DA DEFICIÊNCIA** (FARIAS, 2017), tem por objetivo analisar os efeitos das estruturas preconceituosas e discriminatórias, na experiência de desigualdades e múltiplas vulnerabilidades de mulheres surdas.

Observamos que, nas últimas décadas, são significativas as conquistas obtidas pelos movimentos feministas, os quais possibilitam maior visibilidade à participação da mulher, fortalecendo, com isso, sua atuação na esfera pública. Nesta perspectiva, nos anos 1970 e 1980 emerge a luta de mulheres negras, professoras, prostitutas, lésbicas... que se mobilizam na defesa de seus direitos, constituindo grupos organizados e conscientes dos desafios para superar a exclusão feminina.

Ainda que tardiamente, processo semelhante ocorre com o advento do movimento social das pessoas com deficiência, cujo foco reside na mobilização em vista da garantia dos seus direitos fundamentais.

Ao considerar que questões em torno da surdez, assim como de outras mulheres em situação de deficiência estão igualmente ausentes, seja das agendas feministas, seja nos debates promovidos pelos movimentos surdos ou ligados às pessoas com deficiência, neste estudo, analisamos como ambas as condições humanas - gênero e surdez - são vulnerabilizantes na medida em que determinam experiências de subjugamento, opressão,

discriminação, oportunidades inexistentes, limitadas ou desiguais, somadas a diversas formas de violência, as quais, por sua vez, estabelecem sólidas barreiras ao desenvolvimento humano pleno de mulheres que nascem ou adquirem a surdez ao longo de sua vida.

Ao observar este panorama, consideramos que investigar a participação da mulher surda na escola, na universidade e no mercado de trabalho, implica em adentrar uma temática ainda não explorada no universo da pesquisa no Brasil, aspecto no qual nos sentimos motivadas a contribuir, o que se dá, principalmente em razão de nossa experiência enquanto mulher cega e professora universitária.

Nesta perspectiva, diante do histórico processo de silenciamento feminino, o qual se potencializa quando se trata de uma mulher com deficiência, pretendemos, por meio desta publicação, dar voz à comunidade surda. Para tanto, apresentamos a trajetória da professora Nayara de Almeida Adriano, mulher surda que, compreendendo os limites de sua condição biológica, integra-se a uma associação, na qual adquire um conjunto de novas informações que a levam a renunciar ao aconchego da superproteção familiar e assumir, sozinha, os riscos de estudar e trabalhar em ambientes em que a cultura surda é pouco ou nada reconhecida.

GÊNERO E SURDEZ: COMO PENSAR ESTA ARTICULAÇÃO?

Nesta sessão, destacou o relevante papel desempenhado por feministas que, ao questionar a hegemonia masculina na liderança dos movimentos em defesa das pessoas com deficiência, problematizam o próprio conceito de deficiência e trazem para a agenda deste movimento, a reivindicação/participação de novos atores/as, tais como: negros/as, mulheres, mães, cuidadoras e pessoas com deficiências severas.

A atuação destas ativistas, cuja liderança é encabeçada por mulheres com deficiência que já haviam ingressado na universidade, converte-se em novos posicionamentos acerca da deficiência, resultando, a partir dos anos 1990, em novos estudos, os quais

[...] terão sua expansão crítica nas humanidades, criando alguns distanciamentos teórico-analíticos com algumas vertentes mais sociológicas da área, alocando a deficiência cada vez mais como uma categoria de análise cultural na esteira dos entendimentos da época com relação as problemáticas envolvendo outras categorias como classe, raça, gênero e sexualidade (GAVÉRIO; OLIVEIRA, 2015, p. 4).

No Brasil, esta é uma perspectiva teórica pouco explorada, resultando, numa frágil articulação entre gênero e deficiência, o que se verifica tanto no universo da pesquisa científica, como na experiência dos movimentos sociais.

Mundialmente, coaduna-se a este movimento teórico, um período de efervescência política e de maior abertura para ações voltadas aos interesses dos grupos vulneráveis, dentre as quais destaco a Conferência Mundial de Educação Para Todos (JOMTIEN, 1990), bem como a Declaração de Salamanca. Ao instituir princípios, políticas e práticas para uma educação inclusiva, este documento foi determinante para a expansão de matrículas de estudantes com deficiência nas escolas regulares brasileiras.

Tais recomendações, impulsionaram a implementação de medidas políticas e sociais voltadas às pessoas com deficiência, que, no Brasil, somente foram reconhecidas pelo Estado como sujeitos de direitos a partir da Constituição de 1988, por meio da Constituição Federal

Até então, práticas de caridade regulavam a vida social das pessoas e mais fortemente das mulheres com deficiência, gerando experiências de segregação e opressão potencializadas quando outras condições vulneráveis se somavam à deficiência, o que era duramente criticado pela perspectiva feminista, a qual compõe a segunda geração de teóricos (as) do modelo social. Nesse sentido, observa-se que

Grande parte das feministas adotam o modelo social da deficiência, não discordando do princípio que as estruturas sociais são opressivas para o deficiente, em especial para os deficientes mais vulneráveis. Todavia, os argumentos feministas apresentam uma dupla face: por um lado, revigoram a tese social da deficiência e, por outro, acrescenta novos ingredientes para o enfrentamento político da questão (DINIZ, 2003, p.2).

Assim, os Feminist Disability Studies ou a Crítica Feminista ao Modelo Social, avançam na medida em que provocam os estudiosos/as da área da deficiência visando maior aproximação conceitual com as epistemologias feministas.

Para as feministas, esta desvantagem, agora deslocada do viés biológico ao social, gera a exclusão das pessoas com deficiência, negando-lhes o direito de estudar, de trabalhar e, particularmente às pessoas com comprometimentos intelectuais, negam-se possibilidades de vínculo ou convivência fora do espaço de sua casa ou da clínica que frequentam para tratamento.

Além disso, consideramos que, ao conceber a deficiência, em particular a surdez como efeito das relações de poder e ao enquadrar este conceito como uma categoria social de análise, esta perspectiva oferece as bases teóricas que sustentam este estudo, uma vez que

[...] ao investigarem significados culturais atribuídos aos corpos que as sociedades consideram deficientes, os feminist disability studies fazem vasta obra crítica cultural. Primeiro, entendem a deficiência como um sistema de exclusões que estigmatiza as diferenças humanas. E em segundo lugar, revelam as comunidades e

as identidades que os corpos que consideramos deficientes têm produzido (THOMSON *apud* QUEIROZ, 2007, p. 5).

De acordo com este modelo, não é a deficiência a única variante produtora de desigualdades. O fato de ser mulher numa sociedade notadamente machista, de ser negro/a numa sociedade racista, ou de envelhecer numa sociedade que cultua corpos saudáveis e produtivos, denuncia a coexistência de uma série de condições geradoras de desigualdade e exclusão social.

Esta nova perspectiva teórica reconhece certa fragilidade no tocante aos estudos sobre a deficiência, posto que a maior parte da literatura é carente de discussões em torno da

“dupla desvantagem” com que vivem as mulheres com deficiência em relação à participação social, direitos sexuais e reprodutivos, educação, trabalho e renda. Ao se constituírem mutuamente e se retroalimentam, os efeitos do duplo estigma potencializam a exclusão das mulheres com deficiência (MELLO; NUERNBERG, 2012, p.641).

Embora desde os anos 1980 venha se desenhando um consistente marco regulatório que estimula a equiparação de oportunidades para as pessoas com deficiência, observa-se a necessidade de se redobram os esforços no tocante à participação feminina, já que, se comparado aos homens, ainda é fragilizada a atuação destas mulheres, seja nos respectivos conselhos de direitos, seja no exercício de cargos políticos ou mesmo nos movimentos associativos aos quais estão vinculadas.

No caso particular da mulher surda...Pensar a participação plena de mulheres surdas implica em ir além de sua inclusão nos programas educacionais, assistenciais ou de saúde. É preciso dar-lhes a palavra para que apontem as reais necessidades de seu movimento, contribuindo efetivamente com o desenvolvimento de uma sociedade acessível a todas as pessoas com e sem deficiência.

Ainda hoje a um expressivo quantitativo destas mulheres, reservam-se os espaços privados, e as práticas de cuidado parecem ser a “única” saída para oferecer perspectivas mínimas de qualidade de vida a este grupo, cuja capacidade de realizar escolhas e tomar decisões dá lugar a experiências de medo e superproteção.

A ausência de condições materiais, somada a experiências de violência, bem como à inexistência de espaços que se abram a acolher suas necessidades, impedem que tais mulheres possam discernir entre atitudes de proteção, cuidado, carinho, e práticas de agressão, invisibilidade e exclusão social o que, em muitos casos faz com que elas próprias se deixem colocar a margem, omitindo-se diante de situações desiguais geradas por ambas condições: gênero e surdez.

No geral, não há estatísticas que possibilitam evidenciar a condição dessas mulheres numa perspectiva interseccional entre essas condições, conseqüentemente, inexistem políticas públicas que assegurem o protagonismo dessas mulheres. Falta intérprete de libras em hospitais e demais espaços prestadores de serviço; os livros, textos e equipamentos, em sua grande maioria, não estão acessíveis às pessoas com deficiência visual; e nos logradouros públicos a acessibilidade é superficial, sobretudo nos espaços de onde pessoas podem ser vistas e ouvidas, a exemplo de grande parte das tribunas legislativas brasileiras, cujo obstáculos as tornam inacessíveis por exemplo, às pessoas com deficiência física. Além disso, dados do Relatório Mundial sobre a Deficiência, indicam que 5 dos sites mais populares nas redes sociais não são acessíveis.

Esse processo histórico de silenciamento da mulher surda é resultado da inexistência de políticas e práticas educacionais que lhes assegurem empoderamento e autonomia na tomada de decisões. Embora a inclusão escolar deste grupo esteja pautada na agenda pública nacional desde a Constituição de 1988, das escolas brasileiras de ensino básico apenas 21% possuem acessibilidade física.

Tais práticas decorrem de um rótulo de incapacidade, o que determina que pessoas, em particular mulheres surdas, não são produtoras de conteúdo e, por isso mesmo, são incapazes de exercer seu protagonismo. Grande parte destas pessoas ainda são culturalmente identificadas como incapazes, razão pela qual não se criam expectativas em relação às suas possibilidades de crescimento. Investir em estruturas e condições geradoras de empoderamento e participação nos espaços políticos, por exemplo, implicaria em prejuízos desnecessários aos cofres públicos.

Esta concepção resulta na invisibilidade destas mulheres nos movimentos feministas. Nestes espaços, “mulheres com deficiência são o tempo todo interpeladas a responder primeiro às demandas desde seu lugar ou condição de deficiência, negligenciando ou deixando à margem seus outros sujeitos políticos” (MELLO, NUERNBERG, 2012, p. 10).

Se, a qualquer mulher, atitudes de violência se configuram como experiências traumáticas e abusivas, há que se compreender que mulheres surdas, são ainda mais fortemente atingidas. Para observar o quanto estas se encontram indefesas diante de tais situações, cabe-nos um questionamento simples: Como uma mulher surda acessa o serviço 190 para denunciar uma situação de violência? A ausência de estatísticas neste tocante também é perceptível, uma vez que em grande parte dos boletins de ocorrência expedidos pelas secretarias estaduais de segurança pública, não constam informações em relação à

deficiência, o que representa um descumprimento da Lei Maria da Penha, a qual amplia a pena quando se trata de agressões a mulheres nesta condição.

Entende-se, portanto, que apesar de se tratar de discussões ainda incipientes, o debate em torno de questões que envolvam gênero, violência e surdez se converte em um tema da agenda pública, sobretudo pelo fato de que muitas ações se configuram como expressões invisíveis de violência, constituindo, na vida de mulheres surdas ou ouvintes, mais um fenômeno de exclusão e discriminação.

Um dos desafios para o coletivo de mulheres surdas, diante deste contexto de negação e violação de seus direitos humanos fundamentais, é a necessidade de serem empoderadas, de modo que suas ações possibilitem mudanças conceituais e estruturais na sociedade brasileira, que apesar de adotar um consistente marco normativo favorável à diversidade, perpétua processos de inclusão aparente, já que estas práticas se mantêm tão somente no campo do discurso.

Diante desta realidade, torna-se necessário investir nos processos de formação e educação destas mulheres, o que será insuficiente se elas próprias não assumirem o desafio de fortalecer a incidência em sua participação social e política e assim concretizar o lema mundialmente defendido a partir da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (NAÇÕES UNIDAS, 2006). “Nada sobre nós, sem nós”.

Empoderar as mulheres consistem em dotá-las de uma consciência que lhes permita descobrir possibilidades de posicionar-se e ao mesmo tempo agir em ambientes impregnados por uma cultura machista e discriminatória, diante da qual muitas mulheres sentem-se provocadas a reagir, todavia não encontram condições para tal.

Trata-se de um número expressivo de mulheres que sequer são conhecedoras de suas possibilidades. O acesso ao mercado de trabalho, a aquisição da casa própria, a oportunidade de realizar suas escolhas sexuais e reprodutivas, dentre outros, parecem direitos ainda inalcançáveis a muitas destas mulheres, o que as mantém à margem do acesso à educação, reabilitação e inclusão social. Nesta perspectiva, o empoderamento consiste “en la adquisición del poder para manejar y comprender la vida propia y influir en el entorno, implica el fortalecimiento individual, autoestima y confianza en las propias capacidades, pero también capacidad de influir en el entorno inmediato” (FISHER, 2015).

Nesse sentido, ampliar as possibilidades de acesso à informação, bem como investir em um processo formativo com vistas à participação social dessas autoras, aparecem como ações urgentes a serem assumidas por pessoas e organizações comprometidas com essa causa. Não se trata de construir um movimento separatista, mas de potencializar a força social,

política e jurídica da mulher surda, no sentido de provocar a gestão pública e a sociedade em geral, com vistas à efetivação de políticas de inclusão social à luz dos tratados locais e internacionais produzidos nas últimas décadas.

Soma-se a isso a necessidade de fortalecer as parcerias, seja junto aos diversos conselhos, órgãos governamentais e entidades da sociedade civil em geral ou quaisquer outros organismos empenhados na defesa dos direitos dos grupos vulneráveis. A negação dos direitos destes grupos se traduz, inevitavelmente, numa realidade de injustiça social, a qual demanda uma participação política efetiva, a fim de que contextos de violação deem lugar a processos de visibilização de seus direitos e possibilidades.

Fomentar estratégias no sentido de fortalecer a participação política da mulher surda e sua luta na defesa dos direitos de seus pares, deve constituir ação permanente das diversas organizações em âmbito local e internacional. O passo inicial diz respeito ao conhecimento do marco regulatório que ratifica este estado de direitos. A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (NAÇÕES UNIDAS, 2006), atualmente ratificada por 195 países, destaca-se, não apenas por ser o primeiro tratado internacional instituído no terceiro milênio, mas por ser a mais rápida e abrangente convenção produzida na história da ONU.

De acordo com este documento, o qual contou com a participação de protagonistas do movimento de pessoas com deficiência em todo o mundo:

Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar o pleno desenvolvimento, o avanço e o empoderamento das mulheres, a fim de garantir-lhes o exercício e o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais estabelecidos na presente Convenção (BRASIL, 2009).

No caso específico da comunidade surda, este documento assegura....

O processo de visibilidade da mulher surda enquanto ator social, político, econômico e cultural demanda a implementação de programas de empoderamento e a oferta de uma educação pautada nos princípios de justiça e equidade, de modo a capacitá-la ao diálogo com a sociedade, o estado e os responsáveis pelas decisões políticas.

Desafio maior consiste em ampliar o debate em torno dos direitos dos grupos vulneráveis, em particular mulheres surdas, a outros setores da sociedade brasileira, os quais desconsideram sua capacidade de consumo e de tomada de decisões. De fato, as discussões em torno da surdez ainda estão inaudíveis, já que permanecem dissociadas dos coletivos étnicos, feministas, LGBT, dentre outros.

Uma vez organizadas, tais mulheres compreendem que em cada país há a necessidade de avançar no fortalecimento e no cumprimento dos dispositivos legais, que lhes asseguram os direitos e a dignidade de pessoa, historicamente violados.

A revisão de literatura apresentada acima evidencia possibilidades de articulação em torno de questões de gênero e surdez, seja do ponto de vista conceitual, o qual busca romper a visão biológica e naturalizada de corpos masculinos e femininos, “deficientes” e “normais”, seja pelas lutas visando a equidade e participação social destas pessoas.

O desafio seguinte, a meu ver, consiste em fortalecer a aproximação entre estas perspectivas teóricas, provocando a academia e, sobretudo, os movimentos feministas, assim como a comunidade surda, a compreenderem que seus desafios se transversaliza. Por esta razão, torna-se necessário intensificar o diálogo e coletar, em ambos movimentos, elementos potenciais que estimulem a adoção de práticas de enfrentamento, que por sua vez tornam-se inclusivas e empoderadoras.

PERCURSO METODOLÓGICO

Apesar do conhecimento hoje disponível, das políticas públicas, ações da sociedade civil, da mobilização e inserção feminina em organizações não governamentais, dos estudos de gênero, o debate atual ainda não envolve as questões pertinentes às meninas e mulheres surdas, bem como a sua atuação docente. Consequentemente, a violação de seus direitos, de seu corpo, de sua vida, passa ao largo dos movimentos em defesa tanto da mulher como da comunidade surda.

A presente pesquisa parte da seguinte indagação: De que forma o percurso escolar, acadêmico e docente de uma mulher surda, contribui para o empoderamento/fortalecimento feminino? Para responder a esta pergunta optei pelo uso da metodologia história de vida, por considerar que esta abordagem metodológica melhor se aplica ao objetivo desta investigação

A opção por esta metodologia reside no fato de que seus pressupostos teóricos e metodológicos fornecem elementos que colaboram para a compreensão da cultura de indivíduos e grupos que agem em determinado tempo e espaço da sociedade.

A história de vida pode ser, desta forma, considerada instrumento privilegiado para análise e interpretação, na medida em que incorpora experiências subjetivas mescladas a contextos sociais. Ela fornece, portanto, base consistente para o entendimento do componente histórico dos fenômenos individuais, assim como para a compreensão do componente individual dos fenômenos históricos (PAULILO, 2008, p. 5).

Conforme dito pela autora, a apropriação de dados relacionados à vida de um indivíduo oferece luzes para analisar a história e a cultura de grupos, por vezes bem-sucedidos, por vezes desempoderados, categoria da qual fazem parte as mulheres surdas, público alvo deste estudo.

O sujeito desta investigação é uma mulher surda, professora do Campus I da Universidade Federal da Paraíba. Ao optarmos por entrevistar uma professora surda consideramos que sua trajetória na escola, na Universidade e no mercado de trabalho, se traduz numa importante referência de luta e empoderamento, seja para os membros de sua comunidade, seja para outras mulheres ou homens em situações de vulnerabilidade.

Buscamos ainda evidenciar trajetórias que ajudem a visualizar aspectos significativos que retratam a situação da mulher surda e a participação desta dentro e fora de sua comunidade nas últimas décadas.

Nesse sentido, Glat (1989, p. 31) afirma que “Histórias de vida, por mais particulares que sejam, são sempre relatos de práticas sociais: das formas com que o indivíduo se insere e atua no mundo e no grupo do qual ele faz parte”.

As palavras de Glat reforçam a relevância e as possibilidades de contribuição oferecidas pelo presente estudo, cujo foco não se fixa em uma mulher surda em particular, mas nos desafios que tais mulheres enfrentam no seu percurso acadêmico e laboral.

A entrevista com a professora Nayara de Almeida Adriano realizou-se na coordenação do curso de Letras Libras da UFPB, em 13 de maio de 2016. Considerando que a autora deste artigo é pessoa cega, as principais dificuldades de acessibilidade relacionavam-se às possibilidades de comunicação entre nós: Entrevistada e Entrevistadora, amenizada por meio da presença do intérprete. Neste sentido, se por um lado a comunicação por meio da palavra constitui experiência privilegiada de uma pessoa cega, a pessoa surda, por sua vez, enfrenta esta experiência como uma barreira, que se agrava em virtude da Língua Brasileira de Sinais ser raramente explorada pela cultura ouvinte.

O fato de a professora Nayara ser oralizada, de certa forma, ajudou-me na compreensão, transcrição e interpretação da entrevista. Todavia, o papel do intérprete foi de fundamental importância neste processo.

Para mim, reconstituir a trajetória de uma mulher surda, constitui uma oportunidade ímpar de colocar no palco estes dois grupos que, como é possível perceber, ao longo da história, mantiveram-se apagados da cena. "Que interessante reconhecer que, em meio a conjunturas, em meio a estruturas, há pessoas que se movimentam, que opinam, que reagem,

que vivem, enfim" (ALBERTI, 2004, p. 14). É este movimento, cujo olhar se volta para as possibilidades de poder e participação social de mulheres surdas, em meio a uma cultura machista e capacitista, que pretendo evidenciar no presente estudo.

Finalmente, consideramos importante destacar que a presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que a aprovou por meio do parecer número 1.560.2016.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Nesta sessão apresentamos aspectos relevantes da trajetória de uma mulher surda, os quais nos possibilitam olhar para a coletividade de pessoas surdas, compreendendo os desafios cotidianamente vivenciados por este grupo social, como também as possibilidades de enfrentamento e fortalecimento deste coletivo de mulheres.

Nayara de Almeida Adriano nasceu no município de Fortaleza - CE e tem apenas uma irmã, mais velha, ouvinte.

Apesar dos avanços médicos em torno da oralização e do implante coclear, os movimentos surdos se destacam pela defesa e resistência de sua cultura, a qual reconhece que os surdos são “[...] pessoas geralmente colocadas às margens do mundo econômico, social, cultural, educacional e político, pessoas narradas como deficientes, incapazes, desapropriadas de seus direitos e da possibilidade de escolhas” (SILVA, 2010, p. 272).

Nayara nasceu em 1983, quando a surdez era fortemente concebida como uma deficiência auditiva. Por esta razão, ainda na infância, muda-se para São Paulo com sua mãe que, extremamente preocupada, investiga possibilidades de uso de aparelhos amplificadores.

Eu fui pra São Paulo pra fazer uma análise pra tentar comprar aparelho, pra ver se eu precisaria usar. E na época era um aparelho grande que se colocava num cordão. Ficava pendurado o aparelho, como se fosse um cordão. E o aparelho era um aparelho quadrado. Quadrado com fio e daí esse fio levava até aos ouvidos. E daí minha mãe começou a lutar com tratamento, com fono, com vários médicos, questão de aparelho, até hoje, uso aparelho do lado direito.

Ainda hoje, pessoas, em particular mulheres surdas, experimentam os efeitos desta concepção, advinda do modelo médico que, no século passado, exerceu forte influência na

educação destes sujeitos, que em grande maioria mantiveram-se afastados dos espaços públicos.

A maioria das mulheres surdas ainda não tem conhecimento sobre identidade surda, cultura surda, leis, pelo fato de ser tardia a aquisição da Libras, em virtude das famílias ainda muitas vezes não permitirem a participação das jovens surdas, ocasionando contatos muito restritos e mantendo principalmente a oralização com suas filhas surdas (SILVA, 2010, p. 05).

Nayara vivenciou esta experiência e, em função da limitação sensorial, passava o dia inteiro estudando. Por esta razão, teve pouco contato com a família e acabou imersa em uma rotina diária que a levou a sentir-se diferente da irmã ouvinte.

De manhã eu estudava numa escola especial, com surdos, com a metodologia oralista, e à tarde ia numa escola regular. A minha mãe me criava como se fosse uma fábrica, tipo assim, escola, fono, casa, estudar. A relação familiar mesmo foi muito pouca, a gente viajava junto, passava o final de semana junto, mas não era uma relação de conversa, de muito diálogo, eu sempre vivi no meu mundo, trabalhando com um objetivo e a minha irmã tinha o caminho dela, o objetivo dela.

Além disso, assim como ocorre com as famílias de ouvintes, a educação de Nayara é afetada pelos desafios da sociedade moderna, entre os quais destacam-se as dificuldades no relacionamento conjugal de seus pais e o pouco tempo que dedicavam ao acompanhamento das filhas.

Teve a separação dos meus pais, quando eu tinha cerca de 20 anos. Fiquei morando com minha mãe, mas apesar da separação, meu pai não perdeu o contato, não perdeu a convivência, ele sempre estava lá. Minha mãe era ocupada, trabalhava, eu tinha babá que me levava e me buscava. Então ela conversava sempre comigo, ela falava as novidades dela, os problemas, e eu ficava só observando, e às vezes eu dava conselho a ela também.

Eu morava num bairro bom, minha casa também era boa, muito boa. Minha mãe era bancária, meu pai era comerciante e pra mim eu vivia bem.

As dificuldades de comunicação entre surdos e ouvintes constituem grande obstáculo a ser superado pela comunidade surda. Em função desta barreira, surdos/as são impedidos/as de estudar e de trabalhar. Faltam-lhes informações acessíveis e a maioria dos espaços públicos encontra-se despreparada para prestar serviços que respondam às demandas desta população.

Seja pelo senso comum, seja por parte de profissionais "qualificados", disseminou-se a ideia de que

as pessoas surdas são: subculturais, não têm cultura própria, têm algumas adequações, deficientes que necessitam entrar na linha da normalização, precisam urgentemente ser iguais à maioria, precisam falar, ver, ouvir, andar, fazer parte de uma cultura dita padrão para serem então considerados inclusos na sociedade (SILVA, 2010, p. 274).

Ao tomar consciência desta realidade, Nayara, ainda adolescente e carente de informações acerca do mundo e das coisas que a envolviam, compreende que a superação deste desafio somente ocorreria por meio de sua inserção na comunidade surda.

A Associação de Surdos foi uma chave que abriu a porta do mundo para mim, e através dessa porta eu recebi muitas informações, muito cedo. Então eu conversava com surdos adultos e eu ficava no meio daquele círculo e tinha muitas mulheres casadas nesse meio. E eu sentava nesse meio, tinha uns 13, 14 anos. E elas falavam sobre o marido, e eu ficava recebendo aquela informação, observando. E daí eu comecei a me desenvolver.

O uso da língua de sinais, elemento característico da cultura e da identidade surda, assegura a noção de pertencimento a uma coletividade, garantindo-lhe plenas possibilidades de expressão e compreensão da realidade a sua volta.

Para Santana e Bergamo (2005, p.567) “O que ocorre, na verdade, é que, em contato com outro surdo que também use a língua de sinais, surgem novas possibilidades interativas, de compreensão, de diálogo, de aprendizagem, que não são possíveis apenas por meio da linguagem oral”.

Nayara recorda que teve oportunidades de brincar com as crianças da rua, de praticar esporte com os colegas da escola, de festejar carnaval, forrós e vaquejadas com as primas... Mas é, de fato, no contato com pessoas surdas, que ela se desenvolve e tem a experiência de sentir-se igual.

Quando eu fazia mais ou menos o quinto ano era escola integral. De manhã era aula normal, eu sempre sentava na frente do professor pra eu conseguir fazer leitura labial e a tarde era esportes, brincadeiras, mas não eram amizades assim muito próximas, tinha amizades... Eu não sentia vergonha, eu conversava, mas mesmo assim eu me sentia excluída, as pessoas me deixavam de lado. Quando eu comecei a conviver com surdos, aí daí eu tive um desenvolvimento e um relacionamento pessoal de igualdade. Então eu me desenvolvi muito rápido.

Minha mãe nunca falou sobre sexo, sobre namoro, nunca falou sobre esses assuntos. Então, nessa fase de inocência, de descobrimento mesmo, foi a Associação dos Surdos que me ajudou. Foi uma fase muito difícil a adolescência, porque era uma fase nova, no namoro, na questão das roupas, eu não sabia a importância da festa de 15 anos. E eu não convivia com meus colegas pra pedir opinião sobre a escolha nos 15 anos, sobre o vestido, sobre os detalhes da festa. Eu acho que uma fase mais difícil em minha vida foi a adolescência. Agora que eu estou refletindo. Eu não era muito escutada, já fui desprezada por pura inocência. Eu paquerei com um rapaz ouvinte, muito bonitinho e ele estava paquerando com minha amiga, só que minha amiga não queria, e daí eu me interessei por ele, e eu boba, ficava sempre acompanhando ele. Aí nesse momento, (foi horrível essa história), teve muita gente, uma multidão, que queria namorar com ele, e eu queria namorar, ele não queria, então eu me sentia pra baixo. Ele me desprezava. Foi um fato muito forte pra mim, foi um momento terrível, até hoje eu lembro.

Minha mãe queria que eu fosse pra área da Saúde, passei em Odontologia. Se eu soubesse que existia a lei, eu já tinha entrado há muito tempo na vaga pra pessoa com deficiência. Eu tinha 18, 19 anos, não tinha conhecimento. Se a minha mãe tivesse participado da associação Apada, se ela tomasse conhecimento, seria mais fácil dela me conduzir pro meu direito.

Ao fazer memória de fatos que marcaram sua adolescência, ela traz presentes sentimento de rejeição, solidão e de um profundo desconhecimento acerca do como viver esta fase, os quais, até hoje, estão registrados em suas lembranças.

No ensino médio, assim como no ensino fundamental, ela contava com professores que a auxiliavam na realização das atividades e havia um total desconhecimento acerca de seus direitos. O primeiro ingresso no ensino superior se dá numa universidade privada.

Tal qual ocorre com outros grupos de pessoas com deficiência, um significativo número de membros da população surda, bem como seus familiares, convive com esse quadro de total desconhecimento de seus direitos, como ilustrado na fala acima. Por esta razão, é larga a pauta de reivindicações da comunidade surda, que, entre outros direitos, já assegurados por lei, porém ainda não concretizados, solicitam: “Divulgação da Libras – Língua Brasileira de Sinais, o acesso à informação (exigência de filmes brasileiros e de programas de TV com legendas ou com janelas de interpretação na língua de sinais), à educação, à saúde pública e ao mercado de trabalho” (KLEIN; FORMOZO, 2007, p.2).

O ingresso na universidade, juntamente com outros colegas surdos, constituiu mais um momento de ruptura e empoderamento na trajetória de Nayara.

Quando eu entrei na faculdade de Letras Libras, eu era a mais nova, tinha muitas pessoas adultas, surdas. E do grupo dos surdos eu era a mais nova. Então, entre esse grupo havia um compartilhamento, havia uma interação. Esse grupo me fortaleceu pra que eu entendesse. E era o meu mundo, era o mundo ao meu redor. Vida social, lazer, praia, diversão, boate... Nessa época foi um novo mundo que se abriu para mim.

Embora contrariando os interesses de sua mãe, a jovem finalmente conquista, por si própria, o direito de fazer escolhas e tomar decisões sobre sua vida, o qual permanece cerceado a uma considerável parcela da população de pessoas, particularmente de mulheres surdas.

E eu fiquei tão feliz porque passei no vestibular de Pedagogia. Minha mãe não achou nada, não teve nenhuma importância. Era mesmo que nada pra ela. Mas pra mim foi uma alegria. Eu não entendia a importância de estudar na Saúde. Quando eu era pequena eu queria ser médica neurologista, e minha mãe queria que eu fosse dermatologista, trabalhasse com cirurgia plástica. Se eu tivesse passado pra Odontologia era muito caro, minha mãe não tinha como resolver. Aí eu passei na Uva e passei em Letras Libras, que era pública.

Apesar de insatisfeita com a indiferença de sua mãe em relação ao ingresso na área da educação, que aliás, era o primeiro passo para o exercício da docência, Nayara se alegra com o apoio da irmã, que embora pouco ou nada conhecedora da cultura surda, defende o direito de acesso à universidade pública.

Minha irmã falou assim: "A Nayara também tem o direito de estudar numa escola pública. Porque ela também tá estudando pra isso". Ela queria que eu fizesse igual. Aí eu disse pra ela: "Eu sou diferente menina". E ela não entendia isso, disse: "Pra mim não é, você não é diferente". Eu já tinha noção do lado dela, pra ela não tem diferença nenhuma, é igual, igual [...]. E aí quando eu passei, eu falei pra minha irmã: "Agora eu estou estudando numa universidade federal", que era o curso de letras libras. E fiz mestrado numa universidade federal, sou doutoranda numa universidade federal, agora. É o que ela queria que eu enfrentasse, e eu fui vencendo essas etapas.

Diferente do que ocorria em décadas passadas, mais que uma conquista meritocrática ou ação de cunho caritativo, este é um direito estabelecido pela Lei n.13.146/2015, a qual assegura: “adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino” (BRASIL, 2015).

Ciente de que a trajetória de Nayara, que atualmente é professora efetiva do Curso de Letras Libras da Universidade Federal da Paraíba fala em defesa dos movimentos da cultura e da comunidade surda, com este trabalho, espero contribuir no sentido de dar voz a tantas outras mulheres que, emudecidas em função de práticas oralistas, condicionam suas escolhas e decisões à vontade de seus “responsáveis”, os quais mantêm a última palavra sobre suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Como vimos, as desigualdades geradas pela condição de gênero, as quais são potencializadas no cotidiano da mulher surda, se traduzem em experiências de negação do direito ao acesso, a escola, ao mundo do trabalho, a cultura, ao lazer e até ao exercício da sexualidade.

Na vida de tais mulheres, as características do modelo médico, o qual associa a condição da surdez a deficiência auditiva, se materializam por meio de barreiras que vão desde as dificuldades dessas pessoas no acesso a comunicação e as informações, até a negação das línguas de sinais e da cultura surda.

Como consequência desta concepção, é recorrente vermos mulheres surdas que conforme ocorreu com Naiara antes do ingresso na associação, tem sua vida marcada por experiências de falta de informação, superproteção e segregação, sendo sua convivência restrita ao âmbito privado, a exemplo de sua casa, escola ou serviços de apoio especializado.

A apresentação de acontecimentos da história de vida de Nayara com foco em sua presença na escola e na universidade apontam elementos significativos na compreensão das experiências de opressão e múltiplas vulnerabilidades vivenciadas pelo coletivo de mulheres surdas, o que poderá auxiliar esta comunidade, como também os ouvintes comprometidos com esta causa no enfrentamento de tais desafios.

Diante do exposto estamos convictos de que, dar palavra a comunidade surda, nos parece a alternativa mais viável para a compreensão de suas reais necessidades. Os ouvintes por sua vez são convidados a identificar e a contribuir com a remoção das barreiras comunicacionais e atitudinais explicitadas ao longo deste texto.

Por tanto, por meio desta proposta esperamos dar um passo a mais rumo a construção de uma sociedade menos desigual capaz de acolher, incluir e conviver com o diferente.

REFERÊNCIAS:

- ALBERTI, V. **Ouvir, contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BRASIL. **Cartilha do censo 2010**: pessoas com deficiência. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.
- BRASIL. **Cartilha do censo 2010**: pessoas com deficiência. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.
- _____. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 6 jul. 2015.
- DINIZ, D. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. **Série Anis**, [S.l.], v. 28, p. 1-10, Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28\(diniz\)deficienciafeminismo.pdf](http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28(diniz)deficienciafeminismo.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2017.

FISHER, A. Palestra. **Autonomía, identidad y empoderamiento**. Panamá: 2015. In: FORO LATINOAMERICANO DE MUJERES CON DISCAPACIDAD VISUAL, 4., Panamá, 24 nov. 2015.

GAVÉRIO, M. A.; OLIVEIRA, E. L. de. A crítica deficiente: alguns posicionamentos cripfeministas. In: SEMINÁRIO ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 4., 2015, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador, 2015. Disponível em: <<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/comunicacaooralmarcoantoniogaverioevertonluisoliveira.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

GLAT, R. **Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental**. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

MELLO, A. G. de; NUERNBERG, A. H. Corpo, gênero e sexualidade na experiência da deficiência: algumas notas de campo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 3., 2013, Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2013.

PAULILO, M. A. S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 1, jul./dez. 1999.

QUEIROZ, A. Deficiência, saúde pública e justiça social. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 827-829, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2007000300020&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 12 mai. 2017.

SANTANA, A. P.; BERGAMO, A. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 565-582, maio/ago., 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a13v2691.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

UNITED NATIONS. Convention on the rights of persons with disabilities and optional protocol. [S.l.: s.n.], 2007. Disponível em: <<http://www.un.org/disabilities/documents/convention/convoptprot-e.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

KLEIN, M.; FORMOZO, D. de P. Gênero e surdez. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/225/172>>. Acesso em: 7 fev. 2018.